

Plano de Ação para o Enfrentamento da Dengue, Zika e Chikungunya

Período Epidemiológico 2023/2024

1. INTRODUÇÃO

A etiologia multifatorial para a ocorrência de arboviroses urbanas (Dengue, Zika e Chikungunya) envolve aspectos socioeconômicos, ecológicos, ambientais (relacionado ao clima: temperatura, pluviosidade e umidade) e comportamentais. Para tanto, as ações de enfrentamento ultrapassam o gerenciamento da área da saúde e exigem articulações intersecretarias do Estado e municípios, instituições públicas e privadas, e representatividades da sociedade civil organizada, para o efetivo enfrentamento a esses agravos.

As ações que são executadas rotineiramente estão contempladas no Plano de Ação, sendo imprescindível o planejamento de estratégias para o período não sazonal, com o intuito de prevenir e controlar processos epidêmicos. As ações que deverão ser aplicadas em situações de Emergências em Saúde Pública por Dengue, Zika e Chikungunya compõem o Plano de Contingência (Anexo 1).

O Plano de Ação para o Enfrentamento da Dengue, Zika e Chikungunya da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA-PR) é um documento norteador que contempla ações dos 5 (cinco) componentes do Programa Nacional de Controle da Dengue (Vigilância Epidemiológica, Vigilância e Controle Vetorial, Atenção à Saúde, Gestão e Comunicação).

2. CARACTERIZAÇÃO SITUACIONAL ENTOMOLÓGICA

Segundo as Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, os municípios são categorizados em função da presença ou não do vetor *Aedes aegypti* ou *Aedes albopictus*, sendo considerados infestados aqueles que possuem o vetor nos domicílios e/ou presença de casos autóctones. Os municípios não infestados são aqueles que o vetor não foi encontrado em domicílios.

De acordo com o Ofício nº 355/2021/CGARB/DEIDT/SVS/MS, 13/09/2021: "Comprovada a infestação do município por *Aedes aegypti* com pesquisa entomológica e/ou registros de casos autóctones, o município é automaticamente considerado infestado". Dessa forma, atualmente,

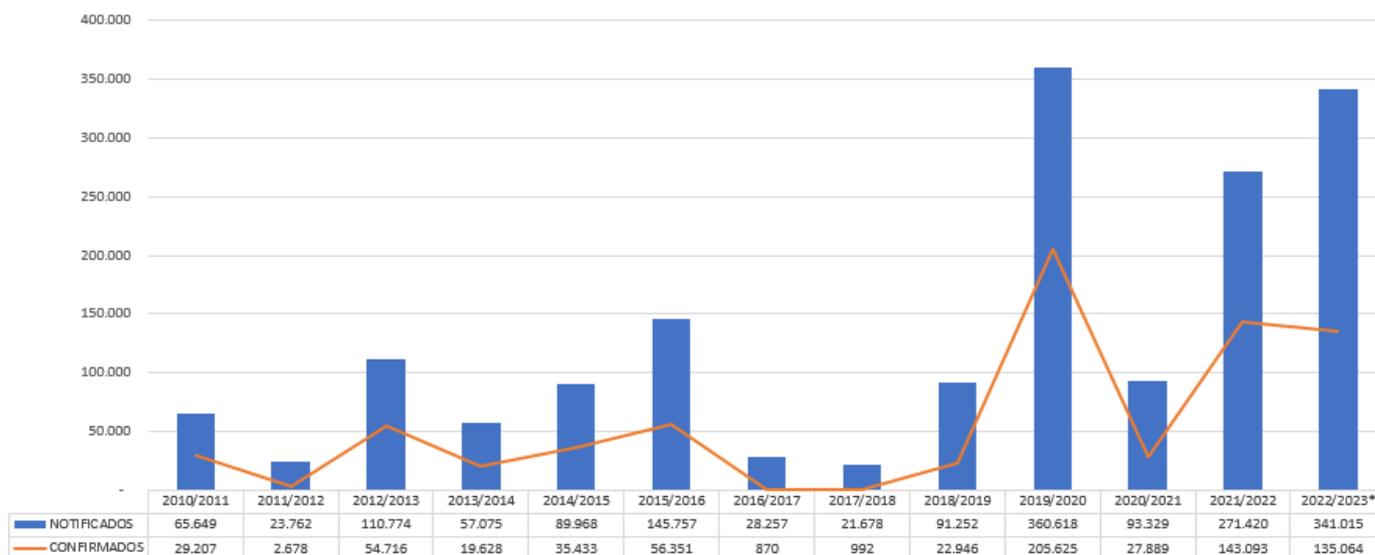
376 municípios (94,2%) são considerados infestados no estado do Paraná.

3. CARACTERIZAÇÃO SITUACIONAL EPIDEMIOLÓGICA

3.1 Dengue

No Paraná a Dengue é endêmica, com registro de casos desde 1995. Apresenta característica sazonal de ocorrência de transmissão, assim, divide-se didaticamente o Período Epidemiológico (PE) em não epidêmico (não sazonal) e epidêmico (sazonal). A partir de 2010 a SESA-PR passou a analisar os dados por PE, iniciado na semana epidemiológica (SE) 31 à SE 30 do ano subsequente (Gráfico 1).

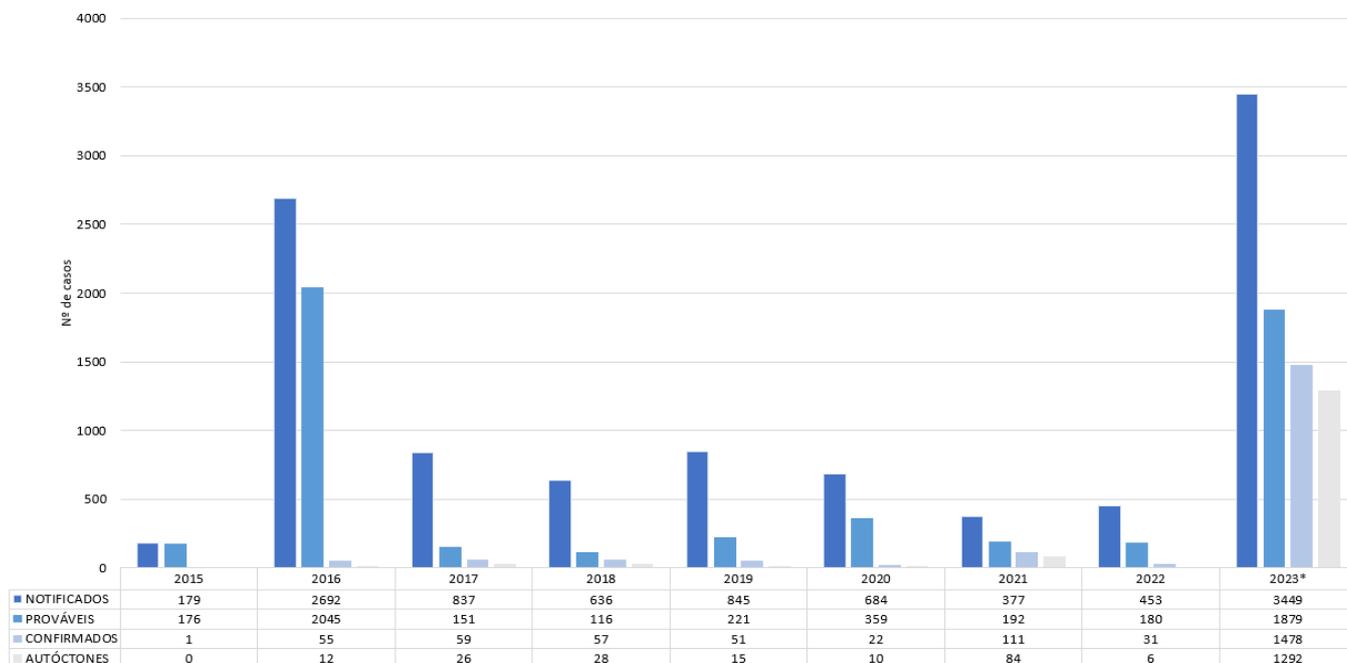
Gráfico 1: Série histórica de número de casos de Dengue no Paraná (2010-2023*).



3.2 Chikungunya

Os primeiros registros de Chikungunya no Paraná ocorreram em 2015, com casos autóctones. Desde então tem ocorrido registros de casos ao longo dos anos, com surtos localizados, porém em 2023 o estado apresentou o maior registro de casos pelo agravo em seu território (Gráfico 2).

Gráfico 2: Série histórica dos casos de Chikungunya no Paraná (2015-2023)*.



*2023 SE01 a SE30 Informe Epidemiológico nº49.

Fonte: SINAN

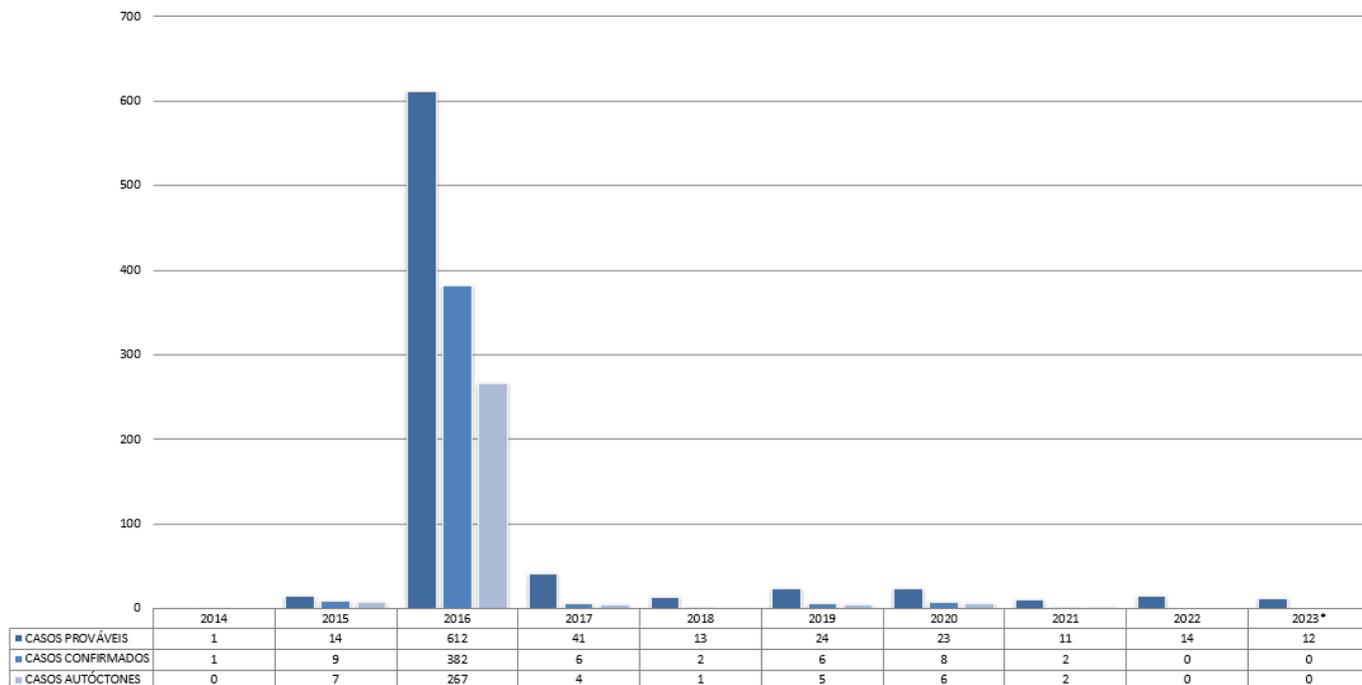
3.3 Zika

Em 2015, houve no Brasil um aumento atípico no número de casos de microcefalia entre recém-nascidos, a qual foi associado ao vírus Zika. Em 2016, o Paraná registrou a maior ocorrência de casos distribuídos no território estadual (Gráfico 3).

Nos últimos anos, os casos confirmados laboratorialmente, tem se dado, exclusivamente, por meio de sorologia (IgM), não ocorrendo, atualmente, a comprovação da circulação viral por método molecular (RT-qPCR) no Estado. Todos os casos notificados são investigados por

meio da vigilância laboratorial, a qual avalia 100% dos casos suspeitos.

Gráfico 3: Série histórica dos casos de Zika no Paraná, segundo ano de ocorrência (2014-2023)*.



*2023 SE01 a SE30 Informe Epidemiológico nº49.

Fonte: SINAN

4. MONITORAMENTOS

4.1 Medidas estatísticas

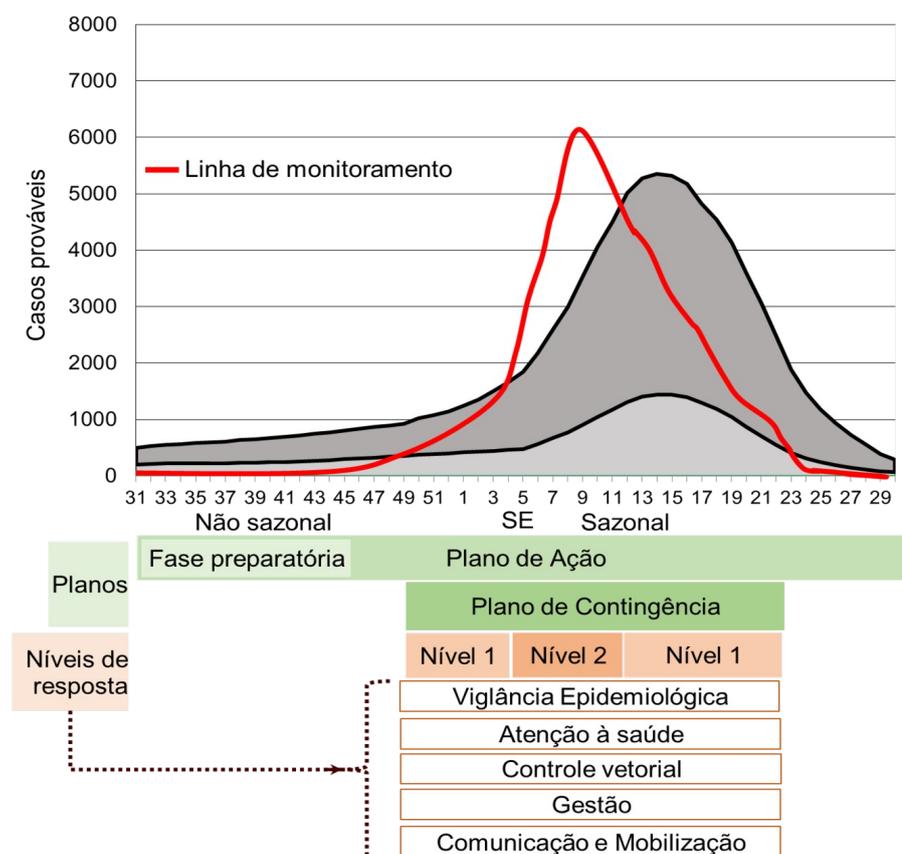
O Diagrama de Controle (DC) é uma representação gráfica baseada no comportamento observado da doença durante vários anos (série histórica), em uma determinada população. A partir do PE 2020/2021 a SESA-PR passou a utilizar a ferramenta para a identificação dos níveis de resposta aos diferentes cenários de risco, além de auxiliar na avaliação de situações de alerta e previsão de riscos de epidemias.

Desde junho de 2021, a SESA-PR em parceria com a Universidade Estadual de Maringá (UEM) disponibiliza às Regionais de Saúde (RS) e aos municípios os Relatórios Automatizados de Dengue, com o objetivo de instrumentalizá-los na avaliação, acompanhamento e monitoramento de dados e informações epidemiológicas relativas ao agravo, visando auxiliar

os gestores na tomada de decisão e direcionamento de ações.

Para este documento, foram considerados os DC dos Casos Prováveis para análise do momento epidemiológico frente às ações a serem realizadas nos períodos não sazonal e sazonal. O monitoramento possibilita relacionar a análise às ações estratégicas nos cinco componentes do Programa Nacional de Controle da Dengue (Vigilância Epidemiológica, Atenção à Saúde, Vigilância e Controle Vetorial, Gestão e Comunicação), a fim de organizar e desenvolver ações de atividades de prevenção das arboviroses e controle vetorial, bem como a ativação do Plano de Contingência e seus níveis de resposta (Figura 1).

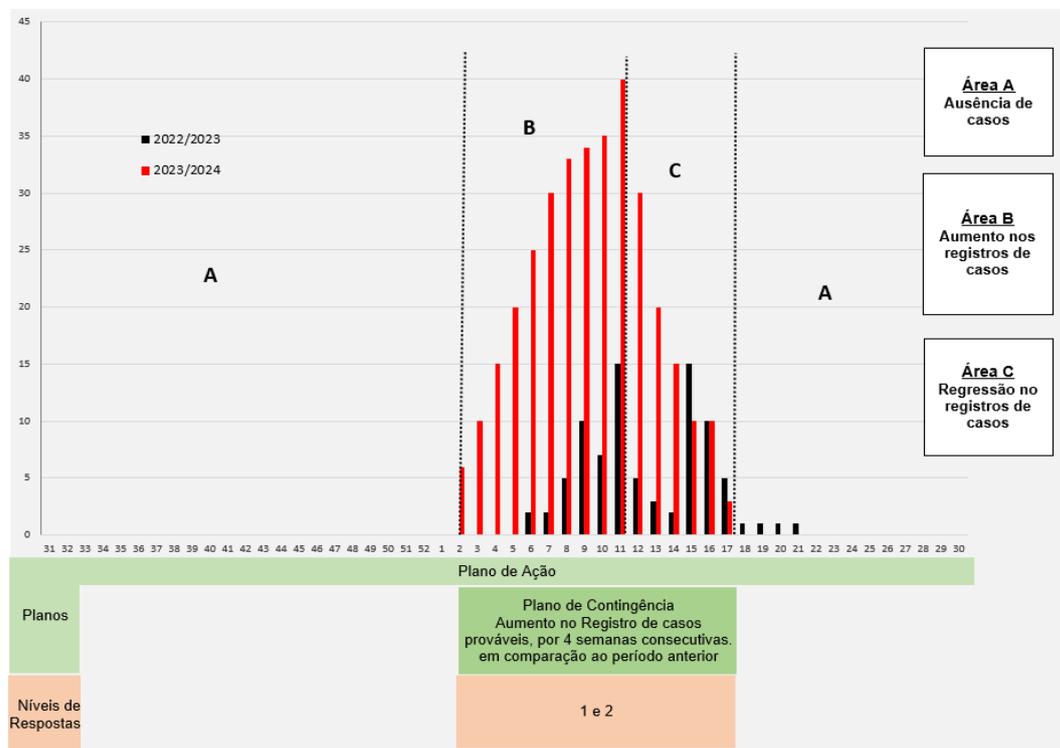
Figura 1: Diagrama de Controle (DC); Períodos não sazonal e sazonal; Planos de Ação e de Contingência; Níveis de Respostas.



O DC é utilizado para análise de agravo endêmico, ou seja, é aplicado aos municípios em que a Dengue é endêmica. Para os municípios não endêmicos ou que não possuem série histórica

robusta para Chikungunya, Zika ou Dengue, orienta-se o uso do Histograma (Figura 2).

Figura 2: Modelo de histograma de casos prováveis



Fonte: DVDTV/CVIA/DAV/SESA

4.2. Período não sazonal e sazonal

O período não sazonal é o momento em que há a preparação para o período sazonal da doença, no entanto, como no Paraná a Dengue é endêmica, é possível que a curva de monitoramento se apresente acima do que seria esperado para este momento.

Sendo assim, para os municípios endêmicos, no período não sazonal, foi acrescentado à análise da curva de monitoramento dos casos prováveis, a observação do crescimento ascendente por semanas consecutivas. Se a curva apresentar ascensão por 4 semanas consecutivas, confirma-se a ativação dos níveis de respostas para o período em que historicamente não há número expressivo de registros de casos.

Para o período sazonal da doença, a análise da linha de monitoramento do DC reflete o nível de resposta a ser executado. Seja no período sazonal ou não, é imprescindível associar a

da circulação viral na localidade, mantendo a vigilância para os casos graves, gestantes, crianças menores de 2 anos e idosos com comorbidades descompensadas.

Os resultados laboratoriais devem sempre ser analisados em conjunto com informações do contexto epidemiológico, para fins de vigilância e não para a tomada de decisões clínicas (OPAS, 2023).

O modelo de Unidades Sentinelas é uma alternativa racional de gestão de recursos financeiros e humanos, e de insumos, possibilitando a comprovação da circulação viral e a tipificação viral de forma precoce e efetiva, de modo contínuo, utilizando quantitativos de exames adequados e viáveis. Atualmente, 65 Unidades Sentinelas, que contemplam todas as regiões do Estado, enviam semanalmente ao LACEN-PR cinco amostras de casos suspeitos de Dengue com quadros clínicos sem sinais de alarme, que sejam classificados no estadiamento "A" ou "B". Todas essas amostras são testadas, por RT-qPCR, para um painel viral de Arboviroses que inclui como alvos os vírus Dengue (DENV1-4), Chikungunya, Zika, Febre Amarela, Mayaro e Oropouche.

5. AÇÕES DOS CINCO (5) COMPONENTES DO PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA DENGUE: VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, VIGILÂNCIA E CONTROLE VETORIAL, ATENÇÃO À SAÚDE, GESTÃO E COMUNICAÇÃO

5.1 Vigilância Epidemiológica

Ações estratégicas 2023/2024

AÇÕES	ATIVIDADES
Disponibilizar Boletins Epidemiológicos de Arboviroses para divulgação dos dados no site da Dengue (https://www.dengue.pr.gov.br/).	Divulgar periodicamente (no mínimo mensalmente em período não sazonal e quinzenalmente em período sazonal) as informações epidemiológicas consolidadas para os níveis municipal, regional e estadual, contemplando a curva dos casos do Paraná, DC e quadro resumo dos casos para os municípios do Estado.
Coordenar o Comitê Estadual de Investigação de Óbitos por Arboviroses.	Realizar reuniões virtuais ou presenciais para discussão de casos; Auxiliar na análise dos óbitos suspeitos de Dengue, conforme a Resolução SESA nº 1.368/2020 (Comitê de Investigação de Óbitos por Arboviroses). Disponível no site: https://www.dengue.pr.gov.br/sites/dengue/arquivos_restritos/files/documento/2022-04/resolucao_1368.2020_comite_estadual_de_investigacao_de_obitos_dengue.pdf ; Divulgar as diretrizes técnicas de orientação aos municípios sobre notificação e investigação de casos, investigação de óbitos, coleta de amostras para sorologia e isolamento viral.
Manter a parceria com a UEM para a continuidade da elaboração dos relatórios automatizados às RS e Municípios.	Aprimorar os indicadores dos relatórios automatizados para estar em sintonia com o Plano Nacional de Contingência de Arboviroses publicado pelo Ministério da Saúde (MS).

Disponibilizar mensalmente às RS e municípios os relatórios de qualificação do banco de dados do SINAN (QualificaSINAN).	Disponibilizar análises quanto às inconsistências, duplicidades de dados e encerramento dos casos nos sistemas de informações (SINAN - Dengue, Chikungunya e Zika) e do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) quando ocorrer o registro de óbitos por estes agravos.
Divulgar a NT nº 06/2016 CVIA/LACEN/DAV (atualizada em 01/03/2023)	Divulgar a NT sempre que ocorrer capacitação às equipes de vigilância epidemiológica dos municípios e das RS para realizar a conclusão da classificação, critério de confirmação, evolução e encerramento na investigação das notificações de casos de Dengue, Chikungunya, Zika e óbitos.
Apoiar as RS e municípios na notificação, investigação e encerramento dos casos suspeitos de Zika em gestantes.	Manter as RS e municípios atualizados sobre os protocolos do MS e analisar os casos suspeitos de Zika em gestantes.
Incrementar o Informe Epidemiológico de Arboviroses.	Ampliar as análises epidemiológicas para os agravos Chikungunya e Zika.
Fomentar junto aos municípios e RS a importância da construção, implementação, execução e atualização dos Planos Municipais de Contingência.	Divulgar a Nota Orientativa nº04/2021 (atualizada em 10/2023); Promover capacitações sobre a construção dos Planos Municipais de Contingência com as RS; Fomentar a aprovação dos Planos Municipais de Contingência junto aos Conselhos Municipais de Saúde.
Reforçar fluxos de notificação relacionados às arboviroses urbanas.	Capacitar técnicos das RS sobre as notificações das arboviroses.
Incorporar a automatização dos relatórios de DC no serviço da vigilância epidemiológica das arboviroses.	Absorver e executar a linguagem em R para a construção da automatização dos relatórios de DC pela Secretaria Estadual de Saúde.
Apoiar e validar a estratégia de estratificação de risco em municípios prioritários.	Apropriação da metodologia da estratificação de risco em municípios

	prioritários elencados pelo MS (Curitiba, Foz do Iguaçu, Maringá, Londrina).
Aprimorar a matriz de risco para tomada de decisões de gestão.	Estabelecer metodologia estatística para qualificar e fundamentar a matriz de risco.

Inovações: Implantações de novas tecnologias de apoio

AÇÕES	ATIVIDADES
Construir painel de monitoramento epidemiológico para arboviroses.	Realizar reuniões com parceiros para a elaboração de projeto para a construção de <i>dashboard</i> ; Construir o Painel de Monitoramento Epidemiológico para Arboviroses (ferramenta que utiliza métricas e indicadores epidemiológicos para auxiliar na tomada de decisão da gestão municipal e estadual).

5.2 Vigilância e Controle Vetorial

Ações estratégicas 2023/2024

AÇÕES	ATIVIDADES
Prover aos municípios insumos estratégicos (adulticidas, larvicidas e EPIs) e apoio técnico.	Controle de estoque via Sistema de Insumos Estratégicos (SIES); Recolhimento de embalagens e resíduos para destinação adequada; Prestação de apoio técnico em situação de emergência.
Avaliar as solicitações dos municípios e parecer da regional para uso de equipamentos Ultra Baixo Volume (UBV) acoplados a veículos (fumacê).	Proceder análise entomológica e epidemiológica, acompanhar a curva de casos de acordo com o canal endêmico ou histograma do município;

	<p>Gerenciar a central de UBV, com distribuição adequada dos equipamentos aos municípios, considerando os indicadores entomo-epidemiológicos;</p> <p>Orientar e acompanhar os municípios quanto ao cumprimento e execução no proposto pela Nota Orientativa SESA nº 05/2021.</p>
<p>Acompanhar a contratação da atividade de armazenamento dos produtos químicos utilizados no controle vetorial.</p>	<p>Monitorar a instauração de processo de licitação para a contratação de serviço de armazenamento de inseticidas utilizados no controle químico do <i>Aedes aegypti</i>.</p>
<p>Acompanhar a destinação correta dos resíduos e embalagens dos produtos químicos utilizados pelos municípios e SESA-PR.</p>	<p>Manter a parceria com a ABRASSAM para a destinação adequada de resíduos e embalagens.</p>
<p>Adquirir material e equipamentos para o controle e monitoramento vetorial.</p>	<p>Adquirir: material de campo para Núcleo de Vigilância Entomológica (NVE);</p> <p>6 lupas e 6 microscópios para os 6 NVE;</p> <p>22 lupas e 22 microscópios para as 22 RS;</p> <p>01 caminhão baú para distribuição de inseticidas e recolhimento de embalagens;</p> <p>Sistema de rastreamento para 50 veículos, caminhonetes e caminhões baú.</p>
<p>Avaliar o Índice de Infestação Predial por <i>Aedes aegypti</i> dos municípios do Paraná.</p>	<p>Avaliar os levantamentos entomológicos bimestrais;</p> <p>Assessorar os municípios na elaboração das estratégias de controle vetorial;</p> <p>Atualizar as informações do boletim vetorial (bimestral).</p>
<p>Realizar capacitações de forma continuada para técnicos do controle vetorial.</p>	<p>Capacitar Agentes de Combate às Endemias (ACE) quanto ao controle vetorial (químico,</p>

	mecânico, biológico, etc).
Gerenciar a Central de UBV - Seção de Apoio Logístico de Insumos e Equipamentos (SCALI).	Assessorar os municípios no processo de vistoria e calibragem dos equipamentos de nebulização espacial (vazão, pressão e rotação), para garantir a qualidade, duração da aplicação de inseticidas; Apoiar os municípios, por intermédio da SCALI, na realização das operações de UBV, bem como orientar sua indicação e utilização.
Monitorar as ações do controle vetorial das arboviroses urbanas.	Monitorar a aplicação do roteiro de supervisão pelas RS nos meses de junho e novembro nos municípios do Paraná com a alimentação das informações coletadas no sistema SISARBO.
Divulgar e incentivar programas de controle vetorial.	Incentivar a realização do Levantamento Rápido de Índices para <i>Aedes aegypti</i> (LIRAA) nacional; Divulgar e incentivar as ações de mobilização e realização do "Dia D de combate a Dengue".
Implementação da vigilância entomológica por armadilhas de oviposição conforme proposto na Nota Técnica nº 33/2022-CGARB/DEIDT/SVS/MS e Nota Técnica nº12/2023 - DVDTV/CVIA/SESA.	Acompanhar e estimular a adoção do uso de armadilhas de oviposição nos municípios para direcionamento e monitoramento de ações de controle vetorial; Divulgar documento estadual de padronização de forma a facilitar a implementação da metodologia proposta pelos municípios.

Inovações: Implantações de novas tecnologias de apoio

AÇÕES	ATIVIDADES
Construção de <i>software</i> vetorial de acesso à informação por meios digitais e online.	Construir <i>software</i> vetorial estadual (Sistema de Informação Vetorial para registro de atividades e ações de combate ao vetor, plataforma <i>online</i>) em parceria com universidades.
Acompanhar o projeto de construção do Laboratório de Vigilância e Inteligência Vetorial Prof. Ênnio Luz.	Finalizar o projeto de construção do Laboratório de Vigilância e Inteligência Vetorial Prof. Ênnio Luz para monitoramento de espécies vetoras de doenças de interesse epidemiológico, assim como estudos de bioensaios e resistência vetorial em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) (Prof. Dr. Mário Navarro).
Implantação de novas Tecnologias para municípios considerados prioritários - Projeto do MS.	Acompanhar a implantação de novas tecnologias de controle vetorial nos municípios de Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá.
Realizar a publicação da Resolução SESA nº459/2014 que dispõe sobre a utilização de equipamento de ultra-baixo volume acoplado a veículo (UBV Pesado).	Publicar a atualização da Resolução e apresentar a nova resolução para as RS e Municípios.
Realizar reforma estrutural da SCALI.	Realizar reforma estrutural da SCALI.
Reuniões com grupo de trabalho para discussão da padronização de ações no controle vetorial.	Realização de reuniões para construção de documento visando a padronização do trabalho vetorial; Publicar resolução estadual formalizando a criação e composição do grupo de trabalho; Formular documento oficializando a padronização; Reavaliar o instrumento de monitoramento dos eixos de ação para enfrentamento das

	arboviroses.
Promover capacitação/atualização de profissionais das Macrorregiões de Saúde que trabalham no controle vetorial do <i>Aedes aegypti</i> .	Capacitar as RS para que permaneçam como multiplicadores de conhecimento e apliquem a supervisão dos territórios de abrangência.

5.3 Atenção à Saúde

5.3.1 Atenção Primária à Saúde (APS)

Ações estratégicas 2023/2024

AÇÕES	ATIVIDADES
Promover e apoiar iniciativas de sensibilização e capacitação dos profissionais de saúde na Atenção Primária para aprimorar o manejo clínico das arboviroses.	<p>Orientar o acolhimento e atendimento oportuno dos casos suspeitos ou confirmados de arboviroses na APS, e estar sensível aos sinais e sintomas;</p> <p>Divulgar e apoiar as estratégias de Educação em Saúde para profissionais da APS a respeito das arboviroses;</p> <p>Divulgar os protocolos e manuais de manejo clínico das arboviroses do MS vigentes;</p> <p>Divulgar e fomentar a execução das ações descritas nas Notas Técnicas e Orientativas vigentes;</p> <p>Capacitar em conjunto com a Vigilância em Saúde os profissionais para diagnóstico oportuno e manejo clínico dos casos suspeitos de acordo com a gravidade;</p> <p>Estimular que os profissionais realizem os cursos disponibilizados pelo MS relacionados às arboviroses;</p> <p>Atualizar periodicamente em conjunto com a Vigilância Ambiental as informações técnicas das Notas Orientativas Arboviroses disponíveis no site da SESA-PR;</p> <p>Participar do Comitê Estadual de Investigação de</p>

STORCH+Z e HIV (CEISH) de forma a apoiar e subsidiar tecnicamente as RS no acompanhamento dos casos na APS.

Inovações: Implantações de novas tecnologias de apoio

AÇÕES	ATIVIDADES
Desenvolver orientações sobre a organização do processo de trabalho na APS e relacionado às Arboviroses.	<p>Monitorar os registros de atendimentos no Sistema de informação da Atenção Básica (SISAB) para identificar o comportamento dos agravos relacionados às arboviroses e seu impacto nos processos de trabalho da APS;</p> <p>Orientar sobre o registro dos atendimentos nos sistemas de informação oficiais da APS à Saúde sobre os atendimentos e procedimentos realizados pelas Unidades de Saúde;</p> <p>Divulgar o fluxo de dispensação de medicamentos para Chikungunya;</p>
Fomentar em conjunto com a Coordenadoria de Vigilância Ambiental ações integradas entre os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e no enfrentamento das arboviroses.	<p>Incentivar ações de integração entre ACS e ACE;</p> <p>Divulgar documentos que promovam a integração entre APS e Vigilância em Saúde.</p>

5.3.2 Atenção às Urgências

Ações estratégicas 2023/2024

AÇÕES	ATIVIDADES
Promover e apoiar iniciativas de sensibilização e capacitação dos profissionais de saúde das portas de entrada da Atenção às Urgências para aprimorar o manejo clínico das arboviroses.	<p>Orientar o acolhimento e atendimento oportuno dos casos suspeitos ou confirmados de arboviroses nas portas de entrada da Atenção às Urgências, e estar sensível aos sinais e sintomas;</p> <p>Divulgar e apoiar as estratégias de Educação em Saúde para profissionais dos pontos de atenção às urgências móveis e fixas a respeito das arboviroses; Participar do Comitê Estadual de Investigação de Óbitos por Arboviroses (Dengue, Chikungunya e Zika) da SESA-PR;</p>

	<p>Divulgar os protocolos e manuais de manejo clínico das arboviroses do MS vigentes para profissionais dos pontos de atenção às urgências móveis e fixas;</p> <p>Divulgar e fomentar a execução das ações descritas nas Notas Técnicas e Orientativas vigentes;</p> <p>Atualizar periodicamente em conjunto com a Vigilância Ambiental as informações técnicas das Notas Orientativas Arboviroses disponíveis no site da SESA-PR;</p> <p>Atualizar e capacitar sobre técnicas de manejo e condutas das arboviroses, monitorando sinais de alerta e evolução clínica dos pacientes.</p> <p>Capacitar as equipes dos Complexos reguladores e Centrais de Regulação de Urgência.</p>
<p>Promover e apoiar iniciativas de sensibilização e capacitação dos profissionais de saúde na Rede de Atenção à Urgência (RAU), Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Central de Regulação em Urgências e SAMU para manejo das arboviroses.</p>	<p>Capacitar em conjunto com a Vigilância em Saúde os profissionais para diagnóstico oportuno e manejo clínico dos casos suspeitos de acordo com a gravidade;</p> <p>Estimular que os profissionais realizem os cursos disponibilizados pelo MS relacionados às arboviroses.</p>
<p>Desenvolver orientações sobre a organização do processo de trabalho na RAU relacionado às Arboviroses.</p>	<p>Monitorar os registros de atendimentos nos sistemas de informação oficiais da Atenção às Urgências para identificar o comportamento dos agravos relacionados às arboviroses e seu impacto nos processos de trabalho da RAU;</p> <p>Divulgar o fluxo de dispensação de medicamentos, consultas e consultas pós alta;</p> <p>Publicizar as orientações das notas orientativas e documentos em relação ao manejo clínico das arboviroses.</p>
<p>Orientar os Complexos Reguladores, UPAs e SAMU sobre o diagnóstico e manejo das arboviroses.</p>	<p>Monitorar os tempos de intervenção, avaliar frequentemente os pacientes. Informar aos órgãos competentes a fila de espera;</p> <p>Monitorar e atualizar os pacientes na Central de Leitos com a frequência padronizada.</p>

5.4 Gestão

A atual gestão da SESA-PR, com o intuito de fortalecer o enfrentamento das arboviroses de forma articulada e integrada, criou o Comitê Intersetorial de Controle da Dengue no Estado do Paraná, por meio do Decreto Estadual nº 3.728/2019, para discussão de temas relacionados à Dengue, com a participação de representantes das secretarias, membros e convidados de diversas instituições. O comitê tem por objetivo implementar ações de mobilização para intensificação do combate ao vetor e sensibilizar as diferentes instâncias da assistência à pessoa suspeita de Dengue, Zika e Chikungunya para o fortalecimento e ampliação da Rede de Atenção à Saúde (RAS) nos diferentes graus de sua complexidade.

Ainda, a SESA-PR ampliou a composição e atribuições do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE), instituído pela Resolução SESA nº317/2020, para o enfrentamento da COVID-19, Febre Amarela, Dengue e outros agravos que exijam respostas rápidas no âmbito do Sistema Único de Saúde, em momentos de epidemia.

Constitui-se um espaço importante e estratégico para discussões técnicas, alertas, definição de ações e procedimentos na esfera estadual para o enfrentamento de emergência em saúde pública.

Ações estratégicas 2023/2024

AÇÕES	ATIVIDADES
Ampliar investimento no combate ao <i>Aedes aegypti</i> e avaliar a necessidade de repasse de recursos para apoio aos municípios.	Gerir junto ao MS apoio financeiro ao Paraná; Repassar recursos aos municípios em situação de risco para epidemia de Dengue.
Gerenciar o Plano de Ação para o Enfrentamento da Dengue, Zika vírus e Chikungunya.	Realizar a integração das ações para o enfrentamento da Dengue entre as Coordenadorias de Vigilância Ambiental e de Atenção à Saúde com a revisão conjunta do Plano de Ação para o enfrentamento da Dengue, Zika e Chikungunya; Apresentar o Plano de Ação para o enfrentamento da Dengue, Zika e Chikungunya na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e Comitê Intersetorial de

	<p>Controle da Dengue;</p> <p>Avaliar a aplicação periódica do Plano de Ação para o enfrentamento da Dengue, Zika Chikungunya e Comitê Intersetorial de Controle da Dengue;</p> <p>Encaminhar o Plano de Ação para o enfrentamento da Dengue, Zika e Chikungunya ao MS;</p> <p>Realizar por meio do instrumento de monitoramento (Roteiro de Supervisão) a avaliação dos Planos de Contingência Municipais.</p>
Inserir a função ACE no Quadro Próprio da SESA–QPSS para contratação.	Acompanhar o andamento do protocolo que solicita a inserção da função no QPPS para posterior contratação via concurso público.
Acionar o Centro de Operações Emergenciais (COE) Arboviroses.	Estruturar o COE Arboviroses para quando, identificado a necessidade de organização de resposta rápida, em situações de epidemia.
Acionar o Plano Estadual de Contingência para Epidemias de Dengue, Zika vírus e Febre Chikungunya.	Executar as ações do Plano Estadual de Contingência para epidemias de Dengue, Zika e Chikungunya (anexo I) quando o cenário epidemiológico estadual das arboviroses se encontrar em transmissão sustentada ou epidemia.

5.5 Comunicação

Conforme as Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue do MS (2009), o desenvolvimento das práticas educativas no SUS tem por base as ações de comunicação, imprescindíveis para fomentar os processos de mobilização. O engajamento da população e da sociedade organizada, de maneira consciente e voluntária, é crucial para o enfrentamento das arboviroses.

A produção de informações oportunas, coerentes e confiáveis sobre a Dengue faz parte do

processo de sensibilização e mobilização da população. No período não epidêmico, as ações de comunicação e mobilização possuem o enfoque educativo e informativo, e devem abordar questões relacionadas a eliminação dos criadouros dos *Aedes aegypti*, os locais de concentração do agente transmissor, os principais sinais e sintomas do agravo e recomendações para a população em relação aos locais para busca de atendimento.

No período epidêmico, as estratégias de comunicação e sensibilização da população devem priorizar a divulgação dos sinais e sintomas das possíveis complicações ligadas às arboviroses, alerta sobre os perigos da automedicação, orientação para buscar atendimento em serviço de saúde o mais breve possível, esclarecimentos sobre medidas de autocuidado, especialmente sobre a hidratação oral e cuidados a serem adotados com gestantes e grupos de risco, além do reforço às ações realizadas no período não epidêmico, especialmente quanto à remoção de criadouros, com a participação intersetorial e da sociedade.

Ações estratégicas 2023/2024

AÇÕES	ATIVIDADES
Divulgar os informes técnicos,	Realizar a divulgação periódica do Informe Técnico da Dengue e Boletim sobre o IIP no site da SESA-PR e manter o site www.dengue.pr.gov.br atualizado.
Realizar a Campanha para a Mobilização Social.	Elaborar a campanha educativa para o controle da Dengue no Estado do Paraná; Elaborar materiais para divulgação em diversas mídias (redes sociais, veículos de comunicação, materiais impressos, etc) sobre as ações de prevenção de Dengue, eliminação de potenciais criadouros e orientações clínicas relacionadas à Dengue; Incentivar os municípios na realização de mutirões de limpeza para eliminação de criadouros; Promover e apoiar a campanha do Dia Nacional de Mobilização contra a Dengue, em

	novembro.
Atualizar o <i>layout</i> do site dengue.pr.gov.br	Facilitar a navegabilidade pelo site; Diferenciar cada item do site ao público alvo a que se destina.

ANEXO I - PLANO DE CONTINGÊNCIA

O Plano de Contingência possui cenários de risco definidos a partir da situação epidemiológica das arboviroses para os quais estão previstas ações de acordo com os níveis de respostas estabelecidos. Será ativado a partir da identificação de aumento no número de casos prováveis na localidade, utilizando-se a ferramenta de DC para o agravo endêmico e do histograma para o agravo não endêmico. Foram elencados critérios para a definição de níveis respostas ao risco para Dengue, Zika e Chikungunya, com o intuito de promover a organização das ações:

Arbovirose endêmica?	Representação	Período	Cenário	Nível de resposta	
Sim	Diagrama de controle (DC) Casos Prováveis	Não sazonal Fase Preparatória	Ausência de registros de casos Linha de monitoramento no limite inferior	Não aplica	
			Curva de monitorament o dentro do canal endêmico	Curva NÃO apresenta ascensão por 4 semanas consecutivas	Não aplica
				Curva em ascensão por 4 semanas consecutivas	Nível 1
			Curva de monitorament o acima do limite superior	Curva NÃO apresenta ascensão por 4 semanas consecutivas	Nível 1
				Curva em ascensão por 4 semanas consecutivas	Nível 2
		Sazonal	Linha de monitoramento abaixo do canal endêmico	Não Aplica	
			Linha de monitoramento dentro do canal endêmico	Nível 1	
			Linha de monitoramento acima do limite superior	Nível 2	
		Não	Histograma Casos Prováveis	Não aplica	Ausência de dados Registros por semana alternadas
Aumento de registros de casos prováveis por 4 semanas epidemiológicas consecutivas, em comparação ao ano anterior.	Nível 1 e 2				

Nível de Resposta 1

Municípios do Paraná com curva de monitoramento de casos prováveis em ascensão e dentro do canal endêmico do DC (para agravo endêmico). Objetivo: evitar que o número de casos prováveis ultrapasse os limites do DC, por meio de estratégias que visem à contenção da transmissão viral

Vigilância Epidemiológica

- Reforçar junto às RS a importância de agilizar o fluxo das notificações de arboviroses, e garantir nº de digitadores suficientes para a notificação oportuna dos agravos, e correções necessárias em relação às inconsistências e duplicidades.

Obs.: As notificações de arboviroses deverão possuir a periodicidade exigida pela Portaria de Consolidação nº04/GM/MS/2017: Notificação Semanal: Casos de Dengue, Zika, Chikungunya. Notificação imediata, até 24 horas: casos de óbitos (Dengue, Zika e Chikungunya), Zika em gestantes, e casos de Chikungunya em áreas sem transmissão.

- Orientar as RS e municípios à:
 - Atualizar no SINAN o estadiamento clínico dos casos notificados (Dengue com Sinais de Alarme e Dengue Grave);
 - Realizar busca ativa dos casos de Dengue severa (Dengue com Sinais de Alarme e/ou Dengue Grave) nos serviços de saúde de Urgência e Emergência (UE), objetivando garantir coleta, acondicionamento e envio oportuno de amostras biológicas para diagnóstico laboratorial específico;
 - Enviar 100% das amostras coletadas para análise de RT-PCR arboviroses dos casos suspeitos de Dengue Severa, óbitos, gestantes e identificar a introdução/reintrodução de um novo sorotipo.
- Observar as recomendações do Guia de Vigilância em Saúde (2021):
 - a) Dengue: Após a confirmação laboratorial dos primeiros casos de uma área, os demais casos de Dengue podem ser confirmados por critério clínico-epidemiológico, exceto gestantes, casos graves e óbitos, que devem ocorrer preferencialmente por

critério laboratorial.

- b) Chikungunya: “Após a confirmação laboratorial dos primeiros casos de uma área, os demais casos de Chikungunya podem ser confirmados por critério clínico epidemiológico, exceto recém-nascidos, gestantes, manifestações atípicas, casos graves e óbitos, que devem ocorrer preferencialmente por critério laboratorial”.
- c) Zika: “Após a confirmação laboratorial dos primeiros casos de uma área, os demais casos agudos de Zika podem ser confirmados por critério clínico-epidemiológico, exceto gestantes, crianças, pacientes com manifestações neurológicas, idosos e óbitos, que devem ocorrer preferencialmente por critério laboratorial”.

Vigilância e Controle Vetorial

- Intensificar o apoio das ações já em andamento nos municípios;
- Avaliar e orientar para correções necessárias no controle vetorial no município, objetivando queda do índice do vetor em menos de 1%;
- Orientar as RS e municípios a:
 - Identificar as localidades que concentram a maioria dos casos;
 - Identificar os principais criadouros nas localidades com transmissão para realização de ações e ou estratégias de interrupção da transmissão (índice vetorial na localidade < 1%);
 - Aplicar o Plano de Contingência Municipal para contratação e ou remanejamento emergencial de servidores para ações de bloqueio vetorial e para disponibilização de insumos necessários para realização das atividades de bloqueio vetorial.

Atenção à Saúde

a) Atenção Primária à Saúde (APS):

- Acompanhar e orientar a organização das Unidades de Saúde para atendimento efetivo e oportuno dos casos suspeitos ou confirmados de Dengue, Zika e Chikungunya;
- Orientar a organização de fluxos de acolhimento e classificação de risco na APS;
- Recomendar a hidratação oral com Sais de Reidratação Oral e outros líquidos de forma precoce já na sala de espera da Unidade de Saúde, enquanto aguarda atendimento na APS, de acordo com o cálculo orientado no Fluxograma de Classificação de Risco e Manejo do Paciente com Dengue, disponível em: https://www.dengue.pr.gov.br/sites/dengue/arquivos_restritos/files/documento/2020-12/pdf_fluxograma_dengue_14_05_20.pdf.
- Orientar as Unidades de Saúde quanto a importância de intensificar o monitoramento dos casos de Dengue de acordo com o estadiamento de risco, em especial dos casos estadiados como grupo B, para identificação dos casos de alarme em tempo oportuno;
- Fomentar a participação de todos os membros da equipe de APS na busca ativa e acompanhamento de casos suspeitos e confirmados;
- Reforçar a importância do acompanhamento dos casos suspeitos ou confirmados de Chikungunya de acordo com a Nota Técnica nº04/2021/DAV/SESA, por 90 dias ou mais, com o objetivo de identificar se o usuário evoluirá da fase aguda para a pós-aguda ou crônica (disponível em https://www.dengue.pr.gov.br/sites/dengue/arquivos_restritos/files/documento/2021-04/nota_tecnica_n.04_Chikungunya.pdf);
- Incentivar o registro detalhado do atendimento nos sistemas de informação vigentes da APS (CIDs, CIAP e procedimentos relacionados ao manejo e monitoramento das arboviroses, como a execução da prova do laço, reidratação oral, teleconsulta e atendimentos individuais).;
- Instruir as Unidades de Saúde para realização de notificação imediata;
- Orientar que o manejo clínico na APS seja aplicado conforme os protocolos do MS, de acordo com a sua capacidade operacional, escopo de atuação e a carteira de serviços preconizada pelo MS para esse ponto de atenção;

- Atualizar e disponibilizar no site da SESA-PR os instrumentos/protocolos oficiais de interesse da APS para o manejo clínico das arboviroses;
- Orientar sobre os exames laboratoriais específicos conforme preconizado na Nota Técnica nº 6/2019/CVIA/LACEN/DAV (atualizada em 01/03/2023) e notas orientativas disponíveis no site da SESA-PR (<http://www.dengue.pr.gov.br/Pagina/Notas-Orientativas>);
- Orientar que realize o compartilhamento do cuidado qualificado com outros pontos de atenção conforme o estabelecido nas Notas Técnicas da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, disponíveis em: <https://www.dengue.pr.gov.br/Pagina/Material-de-apoio>.

b) Atenção às Urgências:

- Acompanhar e orientar a organização das Unidades de Pronto Atendimento para atendimento dos casos suspeitos ou confirmados de Dengue, Zika e Chikungunya;
- Orientar a organização de fluxos de acolhimento e classificação de risco na Porta de entrada e Central de Regulação de Urgências (CRU);
- Recomendar a hidratação oral com Sais de Reidratação Oral e outros líquidos de forma precoce já na sala de espera, enquanto aguarda atendimento, de acordo com o cálculo orientado no Fluxograma de Classificação de Risco e Manejo do Paciente com Dengue, disponível em: https://www.dengue.pr.gov.br/sites/dengue/arquivos_restritos/files/documento/2020-12/pdf_fluxograma_dengue_14_05_20.pdf;
- Incentivar o registro detalhado do atendimento nos sistemas de informação vigentes (CID, CIAP e procedimentos relacionados ao manejo e monitoramento das arboviroses, como a execução da prova do laço, reidratação oral, teleconsulta e atendimentos).
- Instruir as Portas de Entrada para realização de notificação imediata;
- Atualizar e disponibilizar no site da SESA-PR os instrumentos/protocolos oficiais de interesse da RAU para o manejo clínico das arboviroses;
- Orientar sobre os exames laboratoriais específicos conforme preconizado na Nota Técnica nº 6/2019/CVIA/LACEN/DAV (atualizada em 01/03/2023) e notas orientativas disponíveis no site da SESA-PR (<http://www.dengue.pr.gov.br/Pagina/Notas-Orientativas>);

Orientativas);

- Orientar que realize o compartilhamento do cuidado qualificado com outros pontos de atenção conforme o estabelecido nas Notas Técnicas da SESA-PR, disponíveis em: <https://www.dengue.pr.gov.br/Pagina/Material-de-apoio>;
- Intensificar o apoio às equipes garantindo insumos para adequado manejo conforme rotina da instituição e seus protocolos;
- Monitorar as portas de entrada dos níveis secundários e terciários, buscando o acesso dos pacientes de acordo com suas necessidades.

Gestão

- Intensificar a articulação da vigilância em saúde com a atenção em saúde, integrando suas atividades de maneira a potencializar o trabalho e evitar a duplicidade das ações;
- Intensificar as reuniões periódicas do Comitê Gestor Intersetorial, com representantes intersetoriais (defesa civil, limpeza urbana, infraestrutura, segurança, turismo, planejamento, saneamento, meio ambiente, educação etc), definindo responsabilidades, metas e indicadores de acompanhamento de cada área de atuação;
- Gerenciar estoques de larvicidas e inseticidas, bem como prover condições de armazenamento e distribuição de insumos; levantar a suficiência de equipamentos, e providenciar o descarte adequado dos resíduos, priorizando a logística reversa;
- Fomentar a aplicação dos planos municipais de contingência, com fluxos assistenciais definidos e garantia de atendimento nas 24 horas;
- Estimular as estratégias de comunicação efetiva entre os pontos de atenção, garantindo o compartilhamento (referência) e a transição do cuidado (contrarreferência) em tempo oportuno;
- Orientar os municípios para informarem à população sobre a organização dos serviços para atendimento;
- Avaliar e propor ações integradas com outras áreas envolvidas na resposta.

Comunicação e mobilização

- Divulgar a relação dos municípios com transmissão de Dengue e apoiar na mobilização da população dos municípios nas ações de controle;
- Orientar a gestão municipal a informar aos munícipes o fluxo (porta de entrada) de atendimento para os pacientes suspeitos de Dengue;
- Informar aos munícipes os principais tipos de criadouros encontrados e sensibilizar e ou motivar participação popular e da sociedade civil organizada e ou entidades.

Nível de Resposta 2

Municípios do Paraná número de casos prováveis acima do limite superior do canal endêmico para agravo endêmico. Para agravos não endêmicos, quando o registro de casos é superior em comparação ao período anterior por quatro semanas epidemiológicas. Objetivo:
Intensificar as ações de nível 1, de forma a evitar os casos graves e óbitos.

Vigilância Epidemiológica

- Intensificar a identificação de fragilidades na vigilância dos casos e apontar correções necessárias;
- Orientar as RS e municípios na priorização na digitação das fichas de investigação dos casos graves e óbitos, em relação ao casos de Dengue;
- Orientar a intensificação das ações já em andamento (Nível de Resposta 1).

Vigilância e Controle Vetorial

- Intensificar o apoio das ações do município, já em andamento no período de transmissão sustentada (Nível de Resposta 1);
- Informar à Gestão Municipal e RSa situação vetorial atual;
- Orientar a intensificação das ações já em andamento (Nível de Resposta 1);
- Avaliar e liberar os pedidos de aplicações a ultra baixo volume (UBV) acoplado a veículo;
- Gerenciar a equipe de funcionários do estado que estão aptas a aplicação a UBV, assim

como a demanda e liberação de veículos disponíveis;

- Cobrar dos municípios os documentos oficiais e de responsabilidade vinculados para liberação de aplicação a UBV acoplado a veículo.

Atenção à Saúde

a) **Atenção Primária à Saúde (APS):**

- Intensificar as ações do Nível de Resposta 1, acrescidas de:
 - Orientar a estruturação de Pólos de Atendimento para Dengue (salas de hidratação e observação), de acordo com a sua capacidade operacional, escopo de atuação e a carteira de serviços preconizada pelo MS para esse ponto de atenção;
 - Participar do Comitê Estadual de Investigação de Óbitos por Arboviroses (Dengue, Chikungunya e Zika) da SESA-PR.

b) **Atenção às Urgências:**

- Intensificar as ações do Nível de Resposta 1, acrescidas de:
 - Trabalhar em conjunto com a APS, Vigilância e outros órgãos a análise situacional da RAU no atendimento as arboviroses;
 - Garantir as ações, das portas de entrada de forma otimizada em todos os níveis de resposta para as arboviroses;
 - Auxiliar na estruturação dos serviços secundários e terciários para atendimento a população vítima de arboviroses.

Gestão

- Avaliar a necessidade de deslocar equipe de apoio para suporte às ações de emergência a serem executadas nos eixos de ação que se fizerem necessários em âmbito local;
- Promover reuniões periódicas do Centro de Operações de Emergências para definir estratégias e procedimentos para o enfrentamento da situação epidemiológica de emergência, segundo o nível de resposta necessária, bem como sua posterior inativa;
- Avaliar a necessidade de repasse de recurso emergencial aos municípios nos eixos que

se fizerem necessários;

- Apoiar os municípios com repasse de recurso nos eixos que se fizerem necessários, ou com a doação de insumos e medicamentos, quando decretada pela gestão municipal a situação de epidemia para arboviroses, e os dados epidemiológicos registrados nos sistemas de informação oficiais sejam compatíveis com a situação de epidemia;
- Intensificar o apoio na mobilização dos munícipes em ações de controle vetorial;
- Orientar os municípios na implantação de medidas e ou estratégias de intervenção emergencial;
- Orientar os municípios a intensificar a divulgação à população e aos profissionais de saúde sobre as estratégias adotadas quanto ao fluxo de atendimento dos suspeitos de arboviroses;
- Intensificar a divulgação das estratégias adotadas pela gestão municipal quanto à participação popular no controle vetorial.

Critérios de desativação dos níveis de resposta do Plano de Contingência

À medida que se observa a redução dos casos por 4 semanas consecutivas (Histograma) ou quando a linha de monitoramento retorna ao canal endêmico do DC, pode haver redução gradual das atividades preconizadas no Plano de Contingência.

Elaboração:

Aparecida Martins da Silva (Enfermeira, técnica da Divisão de Doenças Transmitidas por Vetores/CVIA/DAV/SESA);

Emanuelle Gemin Pouzato (Médica Veterinária, Chefe da Divisão de Doenças Transmitidas por Vetores/CVIA/DAV/SESA);

Enéas Cordeiro de Souza Filho (Médico, técnico da Divisão de Doenças Transmitidas por Vetores/CVIA/DAV/SESA);

Fernanda de Oliveira Biaggio Correa (Enfermeira, técnica da Divisão de Doenças Transmitidas por Vetores/CVIA/DAV/SESA);

Gefferson Alexandre Fernandes de Freitas (Enfermeiro, técnico da Gerências de Atenção às Urgências/COAS/DAV/SESA)

Giovana Fratin (Enfermeira, Gerente de Atenção às Urgências/COAS/DAV/SESA)

Ivana Lucia Belmonte (Médica Veterinária, Coordenadora de Vigilância Ambiental/DAV/SESA);

Jéssica Oliveira de Lima (Enfermeira, referência técnica na Gerência de Atenção Primária à Saúde/COAS/DAV/SESA);

Nelizi de Paula Aires (Enfermeira, referência técnica na Gerência de Atenção Primária à Saúde/COAS/DAV/SESA);

Sidneya Marques Svierdsovski (Enfermeira, Gerente de Atenção Primária à Saúde/COAS/DAV/SESA);

Jociene Santana Pimentel (Bióloga, técnica da Divisão de Doenças Transmitidas por Vetores/CVIA/DAV/SESA);

Maria Goretti David Lopes (Enfermeira, Diretora de Atenção e Vigilância em Saúde);

Marília de Melo Santos de Castilho (Bióloga, técnica da Divisão de Doenças Transmitidas por Vetores/CVIA/DAV/SESA);

Michele Martha Weber Lima (Bióloga, técnica da Divisão de Doenças Transmitidas por Vetores/CVIA/DAV/SESA);

Raquel Monteiro de Moraes (Médica Infectologista, técnica da Divisão de Doenças Transmitidas por Vetores/CVIA/DAV/SESA).

Colaboração:

Jucélia Stadinicki dos Santos (Bióloga, Doutora em Ciências da Saúde, colaboradora do Ministério da Saúde/OPAS).

Formatação:

Fernanda Siqueira de Couto (Médica veterinária, residente no Programa Gestão em Saúde Pública - UEM).

Lista de siglas:

ACE - Agente de Combate a Endemias

ACS - Agente Comunitário de Saúde

APS - Atenção Primária à Saúde

CEISH - Comitê Estadual de Investigação de
STORCH+Z e HIV

CGARB - Coordenação Geral de Vigilância de
Arboviroses

CIAP - Classificação Internacional de Assistência
Primária

CIB - Comissão Intergestores Bipartite

CIDs - Classificação Internacional de Doenças

COAS - Coordenadoria de Atenção à Saúde

COE - Centro de Operações de Emergências em
Saúde Pública

CRU - Central de Regulação de Urgências

CVIA - Coordenadoria de Vigilância Ambiental

CVIE - Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica

DAV - Diretoria de Atenção e Vigilância em Saúde

DC - Diagrama de Controle

DEIDT - Departamento de Imunização e Doenças
Transmissíveis

DVDTV - Divisão de Doenças Transmitidas por
Vetores

EPI - Equipamento de Proteção Individual

IIP - Índice de Infestação Predial

LACEN - Laboratório Central do Estado

LIRAA - Levantamento Rápido de Índices para
Aedes aegypti

MS - Ministério da Saúde

NT - Nota Técnica

NVE - Núcleo de Vigilância Entomológica

OPAS - Organização Panamericana de Saúde

PE - Período Epidemiológico

QPSS - Quadro Próprio da Secretaria de Estado da
Saúde

RAS - Rede de Atenção à Saúde

RAU – Rede de Atenção às Urgências

RS - Regional de Saúde

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SCALI - Seção de Apoio Logístico de Insumos e
Equipamentos

SE – Semana Epidemiológica

SESA-PR - Secretaria de Estado da Saúde do
Paraná

SIES - Sistema de Insumos Estratégicos

SIM - Sistema de Informação sobre Mortalidade

SINAN - Sistema Informação de Agravos de
Notificação

STORCH+Z - Sífilis, Toxoplasmose, Rubéola,
Citomegalovírus, Herpes simplex e Zika

SUS - Sistema Único de Saúde

SVS - Secretaria de Vigilância em Saúde

UBV - Ultra Baixo Volume

UE - Urgência e Emergência

UEM - Universidade Estadual de Maringá

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UPA - Unidade de Pronto Atendimento